

TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE

José Júlio Júnior Guambe¹

RESUMO

Dadas as suas características físico-geográficas e sócio-culturais, Moçambique constitui um espaço favorável e atractivo ao seu consumo pelo turismo, dominado a partir de 1992 por grandes investimentos de capital privado estrangeiro, sendo a zona costeira de Inhambane (ZCI) uma das áreas preferenciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional. Todavia, no geral o nível de vida da população do país e da ZCI, em particular, é muito baixo, possibilitando assim, uma coexistência de duas formas de produção do espaço, uma cuja mediação é dada pelo consumo, associada ao turismo, e a outra relacionada à subsistência, constituída pela comunidade residente, historicamente estabelecidas. O objectivo desta pesquisa geográfica é analisar o desenvolvimento do turismo na ZCI, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ou seja, uma movida pelo consumo e a outra pela subsistência, ambas expressões do processo conflituoso e contraditório de produção do espaço. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado na revisão bibliográfica e documental e no trabalho de campo. Os resultados preliminares do estudo dão indicações da existência de conflitos inter e intra-sociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido a sua ocupação, principalmente por agentes turísticos para a construção de infra-estruturas e conseqüentemente a sua privatização para uso exclusivo do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: TURISMO. PRODUÇÃO DO ESPAÇO. CONFLITOS. ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE.

¹ Doutorando da escola doutoral de Geografia da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente - Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique. E-mail: jjjguambe137@gmail.com

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenómeno socioespacial em franca expansão no mundo contemporâneo, fruto das grandes e aceleradas transformações provocadas pelo processo de globalização, como produto do desenvolvimento do capitalismo que para a sua realização quebra barreiras e ultrapassa todo tipo de obstáculos. Por conseguinte, Moçambique não está à margem, e por isso, não foge à regra. Dadas as suas características físico-geográficas e sócio-culturais, constitui-se num espaço favorável e atractivo ao seu consumo pelo turismo, sendo a zona costeira de Inhambane (ZCI) uma das áreas preferenciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional.

É neste contexto que se desenvolve o presente estudo, tendo como seu pano de fundo as relações desenvolvidas na ZCI, decorrentes do consumo e produção do espaço pelo turismo a partir de 1992², considerando que, conforme Cruz (2009), a maior parte do turismo que se pratica no mundo é desenvolvido em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas quotidianas.

Assim, partindo do pressuposto de que a produção do espaço envolve seu uso e apropriação, e que o turismo desenvolvido na ZCI não é uma excepção à regra, considera-se a hipótese de que o mesmo gera conflitos inter e intra-sociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade local ou anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido à sua apropriação, principalmente por agentes turísticos e conseqüentemente à sua privatização para uso exclusivo do turismo.

O objectivo é analisar o desenvolvimento do turismo na ZCI de 1992 à 2017, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ou seja, uma movida pelo consumo e a outra pela subsistência, ambas expressões do processo conflituoso e

² Ano da assinatura dos acordos de paz em Roma, entre o governo moçambicano e a Renamo, depois uns longos dezasseis anos de guerra.

contraditório de produção do espaço, dominado progressivamente pela actividade turística.

Para a elaboração da presente pesquisa, utiliza-se uma metodologia de matriz geográfica e qualitativa, privilegiando métodos e técnicas de colecta e análise dados predominantemente das ciências sociais, nomeadamente as pesquisas bibliográfica e documental e trabalho de campo, dominado pelas entrevistas em profundidade e pela observação directa não participante.

CONTEXTO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A - TURISMO EM MOÇAMBIQUE

Para um melhor entendimento do contexto em que o turismo como prática socioespacial e actividade económica se insere em Moçambique e na Zona Costeira de Inhambane, apresenta-se um breve enquadramento histórico, desde o início da sua prática no país.

A prática da actividade turística digna de realce, em Moçambique, é assinalada como tendo se iniciado na segunda metade do século XX, precisamente a partir de 1960, tendo como principais atractivos turísticos as praias e a fauna bravia³. Este turismo, tal como sucede até no presente, foi desde o início dominado por turistas estrangeiros, conforme atesta Mosca, na sua obra Economia de Moçambique, século XX.

O turismo começa a possuir alguma importância na década dos anos de 1960. O turismo externo era sobretudo proveniente da África do sul e da Rodésia do sul. Era principalmente o turismo de praia, existindo ainda o cinegético (nos parques e reservas de caça - sobretudo da Gorongosa, na província de Sofala) e a pesca (principalmente nas ilhas em frente à costa de Inhambane e no sul de Lourenço Marques⁴). As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta de Outro eram as mais procuradas. Nestes locais

³ A economia faunística, em termos empresariais, era sobretudo de dois tipos:

- O turismo cinegético realizado nos parques e reservas, na Gorongosa e Maputo. O primeiro era muito visitado por rodesianos, sul-africanos e por cidadãos de alguns países europeus (principalmente ingleses, alemães e espanhóis).

- O turismo de caça foi praticado por americanos, espanhóis, franceses e portugueses. Pretendia-se caçar como desporto e turismo para a obtenção de troféus, principalmente de elefantes, búfalos, leões, leopardos e antílopes.

⁴ Actual Maputo.

existiam importantes complexos e estâncias turísticas. O turismo interno era praticado por uma reduzida elite e geralmente era de pequena distância e de curta estância dirigindo se para as praias já referidas. (Mosca, 2005:117).

Esta demanda de turistas estrangeiros, sobretudo dos países vizinhos, a procura das praias e do safari em Moçambique estimulou, à partida, ainda no período colonial, a produção do espaço para o turismo através da construção de infra-estruturas turísticas e de apoio em Gorongosa na província de Sofala, e ao longo da costa moçambicana no geral, mas principalmente na costa de Inhambane, concretamente em Inhassoro, Vilanculos, cidade de Inhambane, Tofo, Barra, etc.

Após a independência do país em 1975, o turismo entrou imediatamente em crise. Essa situação foi devida ao abandono do país por parte de muitos portugueses, entre os quais alguns proprietários das infra-estruturas de uso turístico, a situação política regional, e a guerra que iniciou no país um ano após a independência e que apenas terminou em 1992.

O turismo dominado pelos rodesianos e sul-africanos também estagnou devido a evolução política regional, caracterizada pelo apoio de Moçambique à luta contra o apartheid, na África do Sul e à luta pela independência na Rodésia (actual Zimbabwe), o que ditou o encerramento das fronteiras com esses dois países que eram os principais provedores dos fluxos de turistas. Apenas restou um turismo interno de praia, residual, sem expressão, de uma minúscula elite nacional.

Segundo Mosca (2005), os operadores turísticos abandonaram o país e, nesses casos, não houve a preocupação de manter as infra-estruturas operacionais. Os parques de caça foram praticamente abandonados ou destruídos pela guerra, os safaris de caça deixaram de existir e as coutadas e respectivas infra-estruturas foram igualmente abandonadas ou destruídas, as casas de praia foram nacionalizadas e ocupadas pela população, alugadas pela APIE⁵. Alguns hotéis nas cidades mantiveram-se em funcionamento e sobreviviam sobretudo com base nos fluxos internos, referentes às deslocações em serviço dos funcionários públicos e das empresas estatais e de cooperantes e agentes relacionados com a cooperação internacional.

⁵ Administração do Parque Imobiliário do Estado.

Assim, ainda segundo Mosca, é fácil concluir que deixou de haver turismo, neste período, e que grande parte das infra-estruturas foram abandonadas, destruídas ou utilizadas para outros fins. A riqueza faunística foi dizimada pela guerra e pela caça furtiva que gerou negócio de carne nas cidades. Muitos hotéis degradaram-se, sendo o exemplo mais emblemático o Grande Hotel, na cidade da Beira, e outros foram ocupados como residências.

Com a assinatura do acordo geral de paz em 1992, que ditou o fim da guerra e a abertura do país para a economia neoliberal, diante das tendências globalizantes da economia mundial, abriu-se uma nova página para o turismo moçambicano, caracterizada pela "invasão" massiva do capital privado e particularmente estrangeiro no investimento e revitalização do turismo em Moçambique, sendo Inhambane um dos principais destinos destes investimentos na área do turismo, sobretudo para o turismo de sol e praia.

A partir desse momento, a ZCI passou a desenvolver um turismo caracterizado por grandes investimentos na construção de infra-estruturas e prestação de serviços, que passa a demandar um grande número de turistas de todos os níveis de renda e dominando deste modo a produção do espaço.

B - TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Desde que a expressão produção de espaço foi empregue pela primeira vez no século passado pelo francês Henri Lefebvre, esta tem sido utilizada nos mais diversos sentidos e abordagens.

No âmbito das abordagens sobre a actividade turística desenvolvidas pela geografia emergem, segundo Costa, et al (2004), três linhas teóricas de maior relevância: a primeira ligada aos estudos da produção dos espaços turísticos, tendo essa actividade como uma produção económica e política; a segunda relacionada aos estudos sobre o espaço vivido dos indivíduos das áreas destinadas ao turismo, tendo esse como uma actividade impactante desse espaço e, mais recentemente, tem-se desenvolvido uma

vertente ligada aos estudos sobre as representações espaciais das áreas turísticas, tendo a viagem como princípio da actividade em questão.

Este estudo sobre o turismo na zona costeira de Inhambane é desenvolvido seguindo a linha teórica de produção dos “espaços turísticos”, sustentando-se nas abordagens de Henri Lefebvre, Milton Santos e Rita Cruz.

Partindo do pressuposto de que o espaço não existe em si mesmo, mas sim ele é produzido, Lefebvre o compreende como um processo de produção que acontece em termos de três dimensões ou processos dialecticamente interconectadas, “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, que estão fundados em sua própria teoria da linguagem tridimensional. Para ele, a prática espacial designa a dimensão material da actividade e interacção sociais; a representação do espaço dá uma imagem e desta forma também define o espaço; e espaços de representação, refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo, e por outro lado, utiliza um segundo conjunto de conceitos, nomeadamente o espaço “percebido”, “concebido” e “vivido” (Schmid, 2012).

Segundo o foco da teoria lefebvriana, o espaço é para ser entendido em um sentido activo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. Conforme Cruz (2009), a produção do espaço significava para Lefebvre a própria (re) produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Neste sentido, entende-se que o turismo, como prática social, produz uma rede relações no processo activo da sua materialização, isto é, produz o espaço.

Por seu turno, o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço converge com o de Lefebvre. Para ele, segundo Cruz (2009), se o homem, pelo seu trabalho enquanto produtor, residente ou ocupante ocasional, não transmite vida à coisa, essa vida da qual somente ele é detentor, o objecto permanecerá sempre como tecnologia, e não como economia. Assim “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (Cruz, 2009:95).

A produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, conseqüentemente, histórico, tal como coloca Santos,

O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objectivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (2008:109).

O reconhecimento dessa natureza do espaço, ao mesmo tempo concreta e abstracta, está na base da definição Miltoniana de espaço: "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objectos e sistemas de acções, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Cruz, 2009:96).

Para Cruz, por outro lado, a prática social do turismo é fortemente determinada pela cultura, pois as paisagens, os atractivos etc. que são porções visíveis do espaço geográfico e, por isso, desempenham um importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direccionamento dos fluxos, são inventados culturalmente e por conseguinte, modificam-se no espaço-tempo.

Para esta autora, toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar diferentes factores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmo temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a actividade, bem como suas dimensões global e local. A valorização cultural das paisagens da ZCI para a actividade turística traz consigo o desenvolvimento de novo tipo relações, considerando que esta ocorre em espaços previamente ocupados.

ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO TURISMO

A - LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

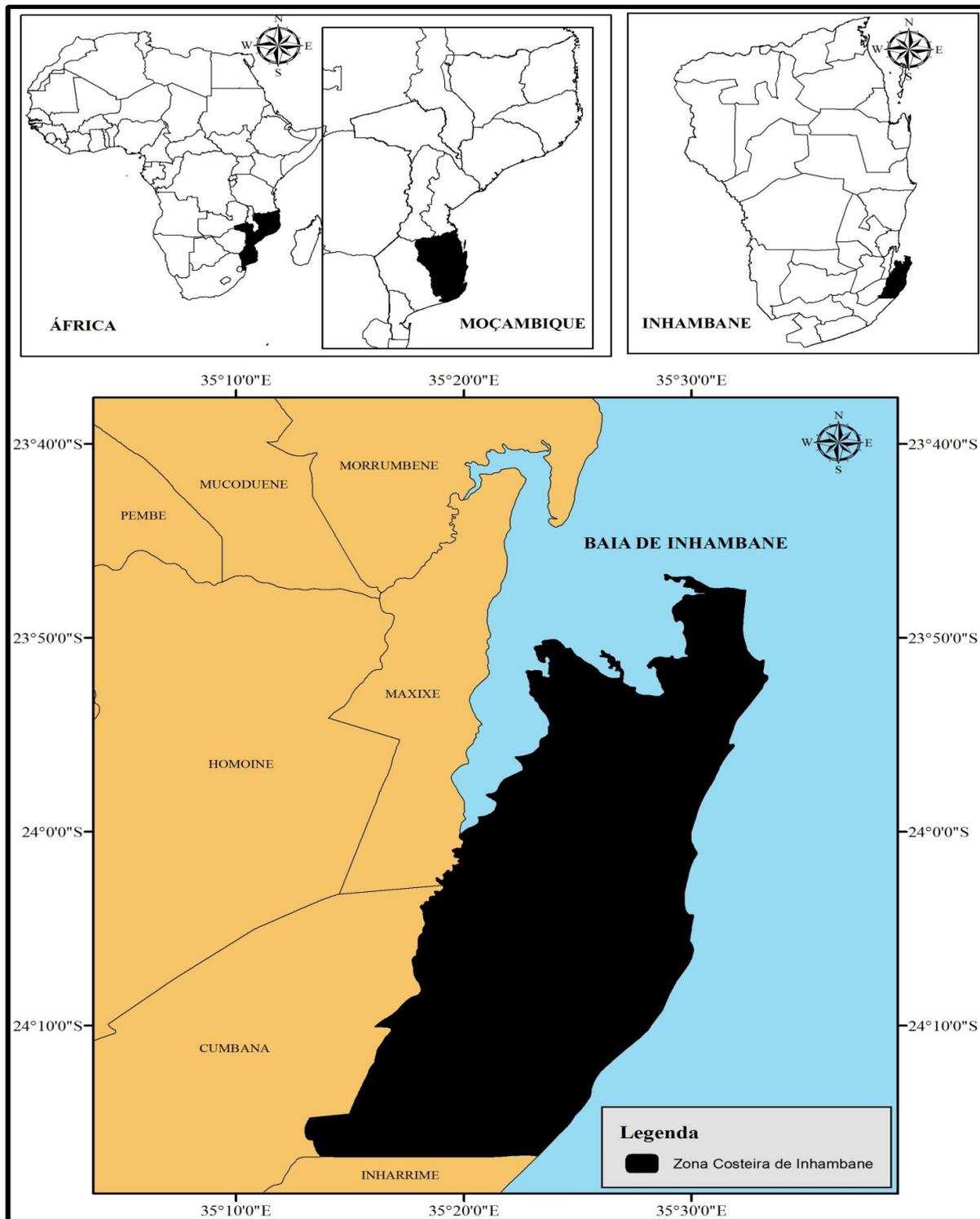
Inhambane é uma das onze província de Moçambique e localiza-se na zona sul do país, ao longo do litoral, entre os paralelos 21° e 25° de latitude sul e entre os meridianos 33° e 36° de longitude este. A província de Inhambane é subterritorializada em 14 distritos.

Da totalidade dos distritos da província, dez estão localizados ao longo dos cerca de 700 quilómetros da sua costa e representam conforme MICOA (2009) a ZCI. No entanto, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 no âmbito da definição das áreas prioritárias para o investimento em turismo (APITs), define como ZCI o território costeiro da província que se estende do distrito de Inharrime ao distrito de Massinga, abrangendo deste modo seis dos dez distritos costeiros, nomeadamente de sul para o norte, Inharrime, Jangamo, Inhambane, Maxixe, Morrumbene e Massinga (MITUR, 2004).

Como se pode notar, a delimitação da zona costeira em Moçambique é subjectiva e problemática, sobretudo se considerarmos que as delimitações apresentadas não indicam claramente a distância em relação à linha da costa, havendo por isso distritos que se estendem por muitos quilómetros adentro, como é o caso dos distritos de Inharrime, Jangamo, Morrumbene e Massinga, em Inhambane, e mantêm em toda a sua extensão a denominação de zona costeira. Com efeito, sem contudo pretender resolver a problemática da definição e delimitação da zona costeira, pois esse não é o propósito desta pesquisa, define-se, para efeitos desta, como ZCI, a área correspondente ao distrito/município de Inhambane, capital da província do mesmo nome, e o posto administrativo de Jangamo, no distrito igualmente do mesmo nome.

Neste contexto, a ZCI localiza-se ao longo do litoral da região sudeste da província de Inhambane. É limitada a norte pela baía de Inhambane, a Sul, pelo distrito de Inharrime, a oeste, pelo posto administrativo de Cumbana no distrito de Jangamo, pelo município da Maxixe e pela baía de Inhambane, e a Este, pelo oceano Indico, conforme ilustra o mapa a seguir, e possui uma superfície de cerca de 405Km².

Mapa de localização da Zona Costeira de Inhambane



No que tange às suas características, possui muito boas condições climáticas para o turismo de sol e praia, nomeadamente um clima tropical húmido, com duas estações, quente e chuvosa, de Outubro à Março, e fresca e seca de Abril a Setembro, com temperaturas médias anuais entre 22 e 24°C. É ainda constituída por solos de origem sedimentar, repartidos da costa para o interior em dois tipos, nomeadamente, solos dunares, que se caracterizam por serem arenosos, com alta permeabilidade ou baixa retenção de água e baixa fertilidade, por isso pobres para a agricultura, ocupando a maior parte do território, e solos arenoso-argilosos, também designados por "machongo", em menor quantidade, localizados baixas junto às margens dos rios e das lagoas, mais férteis, com boa capacidade de retenção de água.

A sua biodiversidade é muito grande e variada, sendo que a vegetal é dominada pela flora cultural que tem no coqueiro e no cajueiro os principais objectos que para além da sua grande importância económica constituem-se nos grandes instrumentos de afirmação e apropriação, ou seja, do direito consuetudinário de uso e aproveitamento da terra no quadro histórico de produção do espaço para a vida, isto é, são sobretudo os coqueiros e cajueiros o garante da afirmação do direito da terra, a nível local.

Por outro lado a biodiversidade animal também é muito grande e variada nos diferentes ecossistemas, destacando-se a marinha como sendo a que directamente se relaciona com o turismo aqui desenvolvido. Esta, constitui um dos grandes atractivos turísticos da região, daí o mergulho ser uma das suas grandes ofertas turísticas. Em relação a esta, Azevedo (2014) afirma que é muito rica, sendo possível encontrar com frequência mamíferos marinhos, como baleias das espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis*, *Roaz corvineire* e *Tursiops truncatus*, e com menos frequência dugongos da espécie *Dugon dugon* e tubarão baleia considerados espécies em extinção. Ademais também ocorrem com muita frequência, tartarugas marinhas das espécies *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas*; raia manta, e uma grande variedade de espécies de peixes, sem contar com os recifes de corais dos géneros *Lobophytum* e *Cladiela*.

Do ponto de vista sócio-demográfico, de acordo com o INE (2012), o tamanho da população da ZCI registada no terceiro censo populacional é de 105.234 habitantes, dos quais 48.836 homens e 56.398 mulheres e a população economicamente activa é de 69.1%. A agricultura, a silvicultura e a Pesca são as principais actividades económicas ocupando quase dois terços do efectivo total dos habitantes economicamente activos. Não se nota o destaque do turismo, como sector de actividade que absorve parte da população economicamente activa.

Relativamente à escolarização, 30.4% da população da ZCI é analfabeta, ou seja, não sabe ler nem escrever em qualquer língua. Segundo Guambe (2007) e INE (2012), a maioria da população (46.2%) vive em palhotas⁶ e 34.2% em casas mistas, havendo muito poucas casas convencionais (3.4%). Em conformidade com Censo 2007, apenas 16.45% dos agregados familiares utilizam como principal fonte de energia para a iluminação, electricidade, enquanto a maioria dos agregados familiares (78.35%), ilumina a base do petróleo. Situação similar verifica-se em relação ao abastecimento de água para beber e a posse ou não de retrete ou latrina, o que contrasta muito com o turismo aqui desenvolvido.

B - O BOOM DO TURISMO E A COEXISTÊNCIA DE DUAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A terceira fase do desenvolvimento da actividade turística em Moçambique, conforme já foi referido, é caracterizada pela "invasão" do capital privado estrangeiro em particular no turismo, sendo Inhambane um dos principais destinos dos investimentos turísticos, sobretudo para o turismo de sol e praia, conforme ilustra a tabela nº 1, a seguir.

⁶ Características das habitações: **Palhota** é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.); **Casa mista** é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão) e materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, madeira, etc.); **Casa convencional** é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto (s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/laje de betão). (INE, 2012).

Tabela nº 1: Evolução do investimento e equipamento turístico em Inhambane

Designação	2005	2010	2015
Investimento (milhões de USD)	96	5.772,05	7.479,12
Estabelecimentos	296	491	653
Quartos	1.200	6.500	8.510
Camas	4.300	13.000	16.983
Turistas	23.624	157.520	319.055

Fonte: DPCT de Inhambane

A partir de 1992, a produção do espaço na ZCI passou a ser dominada pela prática social do turismo, caracterizado pela apropriação das terras costeiras, principalmente a primeira faixa dunar, pertencentes à comunidade, para a construção de infra-estruturas e prestação de serviços turísticos. A título de ilustração, no destino tradicional da ZCI, na praia do Tofo, verificou-se o alargamento do espaço turístico para além da área urbanizada, estendendo-se para o norte em direcção à Barra e para sul, em direcção a Tofinho, conforme atesta Nhantumbo (2007). Actualmente, estão a surgir novos estabelecimentos turísticos mais para o interior de Tofinho, o que revela em parte o crescimento da actividade turística naquele "destino". Por outro lado, é notório o surgimento e crescimento de novos territórios turísticos como Barra, Tofinho, Rocha, baía dos cocos, Massavana, Guinjata, Paindane e Ligogo, que passaram a integrar o leque de "destinos" na ZCI.

De acordo com Cruz (2003), a génese dos territórios turísticos está no processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo e na intensificação do uso turístico de uma dada porção do espaço geográfico que leva à introdução, multiplicação e concentração espacial de objectos cuja função é dada pelo desenvolvimento da actividade, os chamados objectos turísticos. Entre esses objectos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infra-estrutura de lazer.

No entanto, apesar desta grande demanda de investimentos e de turistas para Inhambane, o nível de vida das comunidades residentes na província de Inhambane em geral e na ZCI em particular, é muito baixo, conforme se pode constatar a partir de alguns indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane, apresentados na tabela nº 2, produzida com base nos resultados do segundo e terceiro recenseamentos gerais da população e habitação, realizados em Moçambique em 1997 e 2007.

Tabela nº 2: indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane

Indicadores	1997	2007
População rural (em %)	80,4	77,8
Taxa de mortalidade infantil (em ‰)	118,4	80,4
Esperança de vida (por anos)	46	51,8
Taxa de analfabetismo, total (em %)	54,2	41,3
Taxa de analfabetismo, mulheres (em %)	66,4	52,7
Habitações convencionais e flat/apartamento (em %)		1,4
Habitações com energia eléctrica (em %)	1,7	4,9
Habitações com água canalizada, dentro ou fora (quintal) (em %)	3,7	4,9
Habitações com outras fontes de água (fontenária, poço, furo, rio, lago, lagoa, chuva, outra) (em %)	96,3	95,1
População economicamente activa (15 e mais anos) (em %)		70,6

Fonte: INE, 2012

Como se pode depreender, a maior parte da população da província é rural e economicamente activa, dependendo para a sua sobrevivência de actividades como agricultura, criação de animais, pesca, comércio informal, entre outras. Apesar da tendente melhoria dos indicadores entre os dois censos, as condições sócio-demográficas da província, claramente, ainda não são boas. A situação das comunidades residentes na província e na ZCI, por isso, contrasta com o turismo aqui desenvolvido, sendo agravada supostamente, por um lado, pela sua fraca inserção na actividade devido a sua não preparação profissional, altos índices de analfabetismo e, por outro, quando

consegue se integrar por via do emprego, os poucos postos disponíveis são de níveis salariais muito baixos.

Relativamente a este aspecto, Nhantumbo (2007) afirma que o sector do turismo ainda carece de pessoal com qualificação e formação na área de turismo e hotelaria. As funções dos trabalhadores dos estabelecimentos turísticos são diversas, nomeadamente, guardas, faxineiros, cozinheiros, serventes, recepcionistas, motoristas, gestores entre outras, havendo casos de trabalhadores “faz tudo”, isto é, que desempenham todo tipo de funções ao longo do dia. Segundo o mesmo autor, a maioria dos trabalhadores exercem funções de remuneração baixa, correspondentes ao salário mínimo⁷.

Portanto, na ZCI passou a haver uma coexistência entre duas formas de produção do espaço: uma voltada para o consumo de bens e serviços ligados à actividade económica do turismo e, por conseguinte, à reprodução do capital, e a outra, de subsistência, historicamente estabelecida e vinculada à reprodução da vida, cuja subsistência baseia-se principalmente na agricultura e na exploração de recursos costeiros localizados no mesmo espaço que está sendo progressivamente ocupado pelo turismo, como nova forma de produção de espaço.

Conforme, Nhantumbo (2007), quase todos os estabelecimentos turísticos existentes na praia da Barra ocupam áreas anteriormente povoadas por coqueiros, ainda presentes, que pertenceram a nativos agricultores e pescadores, observando-se deste modo a substituição de pequenas parcelas agrícolas por estabelecimentos turísticos, o que sem dúvida constitui uma mudança no tipo de uso do solo. Esta situação é comum na praia do Tofo e em toda a ZCI.

Relativamente à produção do espaço para o turismo na praia da Barra, segundo as estruturas locais do bairro Conguiana e alguns proprietários das parcelas apropriadas pelo turismo, entrevistados, existe neste momento, por exemplo, um grande conflito entre os actuais proprietários do estabelecimento turístico Barra Lodge e quinze famílias proprietárias das parcelas, resultante da falta de cumprimento do acordo de

⁷ O Salário mínimo fixado em 2016 para a função pública em Moçambique é de 3.152,00 Meticais. As actualizações são feitas anualmente, normalmente em Abril, depois de ouvida a Comissão Tripartida para a revisão do Salário Mínimo do Conselho Consultivo de Trabalho.

cedência da parcela para a construção do estabelecimento, firmado entre as famílias e o proprietário do estabelecimento.

Debruçando-se sobre a coexistência no processo da produção do espaço, Coriolano (2006) entende que o turismo contemporâneo caracterizado como uma actividade produtiva moderna reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido de maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Para esta autora, ele é, ao mesmo tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do quotidiano para os habitantes do lugar. É interessante destacar que o turismo tem-se revelado como uma das mais recentes forças do processo de acumulação capitalista, construindo novas espacialidades quase sempre contraditórias, oriundas das actividades e acções do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Compreender essa dinâmica e sua lógica significa entender as relações produtivas do espaço em movimento e conflito

C - AS LÓGICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ATRACÇÃO E CONFLITO NA ZCI

Segundo Cruz (2003), toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar diferentes factores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmos temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a actividade, bem como suas dimensões global e local.

Partindo do entendimento de que o turismo é um fenómeno socioespacial complexo e dinâmico, resultado da acção de diversos grupos de agentes sociais em determinadas porções do espaço, nomeadamente os turistas, os operadores, o Estado e a comunidade anfitriã, Fratucci (2015) destaca ser essencial a compreensão das lógicas territoriais que cada um desses agentes adopta para a satisfação das suas demandas e expectativas, para um melhor entendimento do que é um “território turístico”. Corroborando com essa visão dos processos de produção dos espaços do turismo, entendemos ser pertinente a inclusão dos agentes sociais produtores do turismo nas pesquisas sobre os processos de territorialização do espaço, pois, segundo Cruz (2003) e

Fratucci (2015), é necessário olhar para a lógica de apropriação do espaço que cada um daqueles agentes sociais utiliza para produzir os seus territórios específicos.

Assim, o turista, um dos principais agentes do turismo, age segundo uma lógica bastante específica, destinada a atender às suas necessidades e demandas no tempo de lazer e de ócio. Diante do processo de flexibilização tanto do capital como do trabalho, o turista contemporâneo tende a fragmentar suas férias e a optar por viagens mais curtas, porém mais constantes.

É neste âmbito que devido a proximidade entre a ZCI e a África do Sul, a facilidade de acesso rodoviário e um nível de vida relativamente melhor, este território é muito procurado por turistas sul-africanos, para além dos moçambicanos provenientes de Maputo, constituindo-se por isso, num dos principais “destinos turísticos” destas origens. Sobre mesmo assunto, Nhantumbo (2007) afirma que os turistas sul-africanos são mais frequentes nos territórios turísticos do município de Inhambane devido a distância relativamente curta da África do Sul para Inhambane, sendo por isso facilmente acessível num período curto de uma semana que duram as férias da Páscoa.

Por outro lado, os agentes do mercado ou operadores turísticos, apropriam-se dos espaços para desenvolverem suas actividades turísticas de uma maneira previamente direccionada ou a partir da incorporação dos destinos turísticos “descobertos” pelos turistas. Em ambos os casos, observa-se certo descompromisso dos empresários com o espaço e sua territorialização é quase sempre reticular, a partir da estruturação das suas redes comerciais, de serviços e de interesses. Segundo Fratucci (2015), a lógica desses agentes é a do capital e da lucratividade e, apesar de sua lógica em escala micro ser aparentemente zonal, uma vez que têm que se localizarem em um ponto específico, suas relações são, quase sempre, verticalizadas atingindo a todo o mercado turístico possível dentro da sua capacidade de actuação.

No caso concreto da ZCI, a apropriação do espaço é feita na base da compra ou aluguer de terrenos sob promessas de emprego para as comunidades a partir da negociação directa com membros da comunidade proprietários das terras e posterior envolvimento das estruturas locais, os secretários dos bairros e os líderes comunitários e mais tarde a legalização junto das entidades competentes, o conselho municipal ou a

administração do distrito. Segundo os agentes de mercado entrevistados, nos primeiros anos da terceira fase do desenvolvimento do turismo estes processos de apropriação em muitos casos resultavam em muitos mais conflitos que actualmente, porque não envolviam as estruturas competentes para a devida legalização do processo. Este ponto de vista é corroborado pelo entrevistado do Conselho Municipal de Inhambane ao afirmar que a intervenção do município no processo de concessão de espaços para diversos usos, incluindo o turismo, é regra geral para a legalização, depois de um prévio acordo entre o dono das benfeitorias e o interessado.

O outro agente é o Estado, com uma actuação quase sempre discreta e retardada em relação aos turistas e o mercado. Através das suas distintas instâncias de governo (nacional, provincial e distrital ou municipal), procura coordenar suas acções e políticas a partir de uma lógica zonal de ordenamento de todo o território sob a sua jurisdição. Entretanto, na actualidade a força do capital financeiro ao cooptar os governos tem levado a que esses actuem sob uma lógica mais reticular, privilegiando suas acções para pontos específicos dos seus territórios, conforme o interesse do mercado, o que Cruz (2003) chama de subserviência do Estado. Nestes casos, conforme Fratucci (2008) a contradição é evidente, o duelo entre o interesse público e o interesse privado é constante e regula as acções desse agente social que, a princípio, deveria assumir a regulação de todos os processos de apropriação do espaço para o turismo em benefício da coletividade.

Por fim, os outros agentes sociais, não menos importantes, envolvidos pelos processos de produção do espaço, são a população residente dos destinos turísticos e trabalhadores directos e indirectos do sector. Estes apresentam lógicas mais zonais de apropriação de espaços, pois o fazem a partir de suas lógicas de vida e de busca de trabalho e renda. A lógica de vida liga-se à lógica do lugar e, portanto, compõem os territórios do quotidiano, quase sempre contínuos e bem definidos pelas suas relações sociais mais intensas. A promessa ou a expectativa de obtenção de emprego, pela via da cedência dos terrenos aos agentes do mercado tem sido o ponto fraco e de atracção nas relações entre as populações locais e os agentes do mercado na ZCI. Contudo, nem sempre estas expectativas são correspondidas.

Conforme Fratucci (2015) essa lógica pode ser rompida parcialmente quando a necessidade de busca de trabalho leva os agentes sociais a “escaparem” dos seus lugares de vida. Dessa forma, acabam também assumindo uma lógica reticular de apropriação do seu espaço, por conta de terem de buscar emprego onde eles são oferecidos e não onde eles vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceira fase do desenvolvimento da actividade turística em Moçambique foi marcada pelo fim da guerra dos dezasseis anos e a abertura do país para a economia neoliberal. Neste período, a produção do espaço na ZCI passou a ser dominada pela lógica do capital e lucro que avançou na territorialização de quase toda a faixa costeira através de grandes investimentos direccionados à apropriação do espaço produzido pela lógica da vida, a favor da prática social do turismo.

Esta desterritorialização das comunidades locais pelo turismo foi e é em parte facilitada pela fraca capacidade de negociação das comunidades motivada pelo analfabetismo e pela ignorância dos processos relativos aos direitos de uso e aproveitamento da terra, e sobretudo, a pobreza. É em parte a lógica da sobrevivência que está na génese da territorialização da ZCI pelo turismo e na desterritorialização da comunidade.

Fratucci (2015) sustenta que no processo da apropriação do espaço e de criação dos territórios específicos para atender o desenvolvimento de diversas actividades incluindo o turismo ocorre o processo dialéctico de desterritorialização, o qual se refere aos processos de perda de território derivados da dinâmica territorial e/ou conflitos de poder.

Esta dinâmica territorial é por um lado desejada pelas comunidades e pelo Estado devido às possibilidades reais e aparentes de emprego e de receitas, mas por outro lado, é a causa dos conflitos inter-sociais decorrentes da perda da posse da terra e das benfeitorias na ZCI, bem como a limitação de acesso a determinados recursos em alguns lugares. É também descrita como a causa de conflitos intra-sociais ligados a contradições

no seio familiar ou comunitário, relacionadas com a delimitação das parcelas e a subserviência do estado.

TOURISM AND PRODUCTION OF THE SPACE IN INHAMBANE'S COASTAL REGION

ABSTRACT

Given its physical-geographical and partner-cultural characteristics, Mozambique constitutes an favorable and attractive space for its consumption by the tourism, dominated since 1992 by big private capital foreign investments, with Inhambane's coastal zone (ZCI) being one of the preferred areas by the local, national and international geographical place context. However, the population's level of life in the country and in ZCI, particularly, is very low, enabling the coexistence of two forms of production of the space, one whose mediation is to consumption, associated to the tourism, and the other related to the subsistence, constituted by the community resident, historically established. The objective of this geographic research is to analyze the development of the tourism in the ZCI, evidencing the conflicts arising from the meeting, in the territory, of forms not only distinct, but contradictory of use and appropriation of the space, we mean, one moved by the consumption and the other by the subsistence, both expressions of the process of conflict and contradiction of production of the space. This is a qualitative study, based in the bibliographic review, documentary and on the work on field. The preliminary results of the study give indications of the existence of conflicts inter and intra-social arising of the weak or lack of insertion of the community hostess in tourism and to the loss of the possession of the land by them, due it's occupation, mainly by tourist agents for the construction of infrastructure and consequently the privatization for exclusive use of the tourism.

KEYWORDS: TOURISM. PRODUCTION OF THE SPACE. CONFLICTS. ZONE COASTAL OF INHAMBANE.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria. Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. **Revista Turismo em análise**, n.3, p.599-613, 2011.

AZEVEDO, Helsio. **Segurança em Territórios Turísticos: O Caso do Município de Inhambane em Moçambique**. 271p. Tese (Doutoramento em Geografia) -Universidade Federal De Goiás. Goiânia, 2014.

BOLÉO, José de Oliveira: **Geografia Física de Moçambique**: Esboço geográfico. Lisboa, 1950.

CORIOLOANO, Luzia. Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. IN: LEMOS, A.; ARROYO, M. e SILVEIRA, M. (Org.). **América Latina: Cidade, Campo e Turismo**. São Paulo: Clacso, 1ª edição, 2006, p.367-378.

COSTA, Maria; RIBEIRO, Willame e TAVARES, Maria. O Turismo Enquanto Espaço De Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. **Revista de Geografia da UFC**, n. 06, p.33-42, 2004.

CRUZ, Rita. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. IN: BARTHOLE, R. et al. **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. UFRJ: Letras e imagem, 2009, p.92-107.

FRATUCCI, Aguinaldo, et al. **Espaços e territórios do turismo: reflexões e indagações**, XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 2015. Disponível em http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/46.pdf. Acesso em 26/10/16.

GUAMBE, José. **Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique: Caso da Zona Costeira de Inhambane**. Maputo: CEP-UEM. 2007.

INE:III **Recenseamento Geral Da População e Habitação 2007**: indicadores sócio-demográficos distritais - província de Inhambane. Maputo, 2012.

MICOA, Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras. **Programa de Investigação Aplicada para o Ambiente Marinho e Costeiro nas Províncias de Gaza e Inhambane No período Anos 2009 a 2012**, CDS Zonas Costeiras, 2009.

MITUR. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013**. Maputo, 2004.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique: Século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique - Paisagens e regiões naturais**. Moçambique, 1999.

NHANTUMBO, Emídio S. **Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI**. Inhambane. UEM, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. Brasil: ed. USP, 2008.

SCHMID, Christian. A teoria de produção de espaço de Henri Lefebvre: Em direcção a uma dialéctica tridimensional. **Revista Geosp**, espaço e tempo, São Paulo, nº 32, p89-109, 2012.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 12. set. 2018

Aprovação Final: 04. out. 2018

Referência (NBR 6023/2002)

GUAMBE, José Júlio Júnior. Turismo e produção do espaço na zona costeira de Inhambane. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 7, n. 2, p. 77-97, jul./dez. 2018.